

KAREN GIFFIN
CRISTINA CAVALCANTI

Homens e reprodução

O gênero masculino: objeto e sujeito emergente

Historicamente referidos ao feminino, multiplicam-se atualmente os estudos de gênero sobre o masculino, tecendo considerações sobre as relações que os homens estabelecem com as mulheres, com os filhos e com outros homens. Tais estudos repensam no universo masculino, as relações entre público e privado, social e individual, passado e presente, ideal e material, biológico e social etc. Este trabalho propõe uma análise da produção brasileira recente de trabalhos que considera os homens em sua relação com a reprodução.

Há mais de uma década vêm sendo publicados textos que tratam do homem em relação a esses temas. De especial relevância é a coletânea *Macho, masculino, homem*, organizada por Moacir Costa a partir do Primeiro Simpósio do Homem, realizado em São Paulo em 1985. Nesse texto a necessidade de se conhecer melhor o gênero masculino é atribuída à insatisfação dos próprios homens, pelo menos em alguns setores urbanos:

O homem atual começa a demonstrar sinais de cansaço e parece não mais querer suportar a "courageira" que o envolve e ao mesmo tempo o aprisiona... O homem, como "dono do poder", reconhece que algumas condições sociais conquistadas (sair mais cedo de casa, iniciar antes que a mulher a vida sexual, etc.) não têm lhe trazido vantagens. O homem não é feliz como parece; de repente, percebe que a relação de dominação... fez dele o seu próprio prisioneiro (Costa, 1986).

Na mesma época, Madel Luz, na coletânea *Homem/ mulher: abordagens psicanalíticas e sociais* (1987), aponta uma 'crise nas representações' do masculino e do feminino, além de "uma contestação mais ou menos constante do modelo de masculino e feminino tradicional, mesclada a uma perplexidade e a um receio, sobretudo da parte do público masculino". O surgimento desse tema como objeto de pesquisa é atribuído tanto a mudanças de comportamento das mulheres, como a reivindicações, feitas por mulheres, de mudanças no comportamento dos homens (Oliveira et al, 1994).

Na década de 80 aumentaram o número de mulheres (principalmente mães) com trabalho remunerado e o número

1 Ver Gabeira (1986), Luz (1987), Loyola (1992), Giffin (1994), Nolasco (1995) e Jablonski (1995).

de famílias chefiadas por mulheres (atualmente de 20% do total — Bemfam, 1996) enquanto o controle da fecundidade se generalizou. Entretanto, ainda que essas mudanças sejam às vezes caracterizadas como 'vitórias' ou 'conquistas' das mulheres, alguns autores apontam para significados diferenciados por classe social e para a necessidade de se levar em conta as transformações globais nas sociedades e as articulações entre as esferas de produção (trabalho) e reprodução (família) e entre as esferas de classe e gênero¹. De fato, a mesma década foi caracterizada também por aumentos no desemprego, na concentração da renda e nas desigualdades regionais. A fragmentação dos laços familiares e sua relação com a pobreza pode estar expressa nos seguintes dados: (1) na região Sul, 21% das crianças abaixo de 15 anos vivem em famílias em que falta pelo menos um dos pais, o mesmo ocorrendo para 34% das crianças da mesma faixa etária na região Nordeste; (2) a proporção de adolescentes de 15 a 19 anos que já são mães é mais alta no Norte (19,5%) e no Nordeste (16,9%); (3) nessa mesma faixa etária, 50% das meninas sem escolarização já são mães, contra apenas 4,2% das que estudaram por um período de 9 a 11 anos (Bemfam, 1996, tabela 3,8).

Sendo assim, o fenômeno pode ser caracterizado como dinâmico, relacional em sua gênese social e impulsionado dialeticamente por ideologias e por novas práticas sociais. Seja como for interpretada pelos/as pesquisadores/as, a aceitação, pelos parceiros, da participação feminina no mercado de trabalho remunerado representa uma drástica reformulação da identidade masculina tradicional enquanto provedor da família. Os estudos desenvolvidos por Aracy Rodrigues e Carmen Cinira de Macedo na década de 70 mostraram que os maridos da classe trabalhadora consideravam então o trabalho remunerado das esposas como um mal apenas temporariamente necessário (Rodrigues, 1978; Macedo, 1979). Já nos anos 80 e 90, estudos constatam que o trabalho feminino é aceito em vários grupos sociais pelos maridos; eles passam a afirmar que trabalhar fora é bom para a própria mulher (Giffin, 1994), alguns até exigindo que a mulher tenha uma profissão (Luz, 1987) ou ao menos uma renda (Scott, 1990). Há também indícios de que eles estão assumindo mais as tarefas caseiras (Luz, 1987; Stingel, 1991).

A participação da mulher na força de trabalho remunerado era 'invisível' historicamente e antecedeu em muito o reconhecimento social do fenômeno 'mulher trabalhadora' e a transformação da (auto-)identidade (Aguiar, 1983). Da mesma forma, é preciso estar atenta a transformações nas práticas masculinas ainda não consolidadas mas que podem vir a derrubar os estereótipos de identidade masculina. E nisso encontramos um dos maiores desafios na pesquisa sobre o gênero masculino: a mudança social é um processo no bojo do qual práticas e ideologias relacionadas ao velho padrão coexistem e se entrelaçam com outras, que representam o novo (Salem, 1980;

Luz, 1987; Goldenberg, 1991). O velho, mesmo repudiado, existe socialmente e é referido quando se pergunta 'O que é ser homem?' (Nolasco, 1995; Mota, 1996). 'O novo', por outro lado, está no estado de vir-a-ser, e vários autores mencionam a falta de elaboração social e de termos adequados para nomeá-lo (Luz, 1987; Nolasco, 1995; Pereira, 1995), além de seu possível desdobramento em mais de um padrão (Arihã, 1999) e do fato de ele depender de uma aceitação pelas próprias mulheres (Luz, 1987; Jablonski, 1995). Isso sugere que os estudos desses temas, dinâmicos, terão que lidar não somente com os estereótipos e as representações estabelecidas do que é 'ser homem', mas também com as posturas individuais e de grupo amplamente diferenciadas perante esses padrões (Costa, 1997).

Assim como o movimento de mulheres rejeitou a identificação do feminino com o privado e lutou para consolidar sua presença nos espaços públicos, um movimento incipiente de homens, de forma oposta e equivalente, começa a expressar publicamente sua insatisfação com uma identidade masculina calcada na dominação, na força e na atuação no público, e a reivindicar um novo lugar para os homens no espaço privado. Se a esfera pública concentra os elementos mais valorizados da sociedade de consumo (instrução, profissão e renda), a esfera privada ameaça a identidade masculina, com suas 'coisas de mulher' e seus 'valores femininos', socialmente considerados de menor valor (Luz, 1987; Nolasco, 1995; Goldenberg, 1991) — além disso, o padrão tradicional da masculinidade não admite incertezas; sustentar uma dúvida significa pôr em questão a orientação heterossexual masculina.

Nos estudos de gênero realizados por pesquisadoras, salta aos olhos o repúdio à identificação exclusiva do feminino com a esfera da reprodução e das relações pessoais e afetivas em geral. Esses estudos colocaram o homem no negativo — "o feminismo pensa que os homens são todos opressores e privilegiados" (Nolasco, 1995). Por outro lado, estudos sociais que questionam a sexualidade masculina têm se voltado, em grande medida, para a discussão da homossexualidade. Para o homem heterossexual, entrar nesse campo de estudos como sujeito que fale da opressão da mulher, do machismo e de sua própria insatisfação sexual e afetiva é por si só uma atitude inovadora. Os estudos destes pesquisadores costumam superar barreiras normativas e assumir como necessários tanto o questionamento da identidade masculina quanto sua própria transformação: "será que alguém que evita tanto o contato, que dificilmente exprime afeto ou que tem vergonha de seu próprio corpo, pode ter uma boa vida sexual?... Ele precisa reaver a sua capacidade de ver e sentir a relação com o próximo, procurando associar a ação como a emoção" (Costa, 1986).

As manifestações de insatisfação dos homens pesquisadores com a identidade masculina estão, por enquanto, limitadas a uma pequena minoria de homens urbanos de maior grau

de instrução. As pesquisas começam a mostrar, no entanto, que alguns homens de baixa renda também questionam os termos tradicionais que definem o homem como 'machão' (Mota, 1996; Barker & Loewenstein, 1997). Ao mesmo tempo, vários estudos têm contribuído para um entendimento melhor de como esse modelo de masculinidade é construído no Brasil.

Um dos pilares da identidade masculina tradicional é o papel de provedor que o homem deve desempenhar perante a família. É dessa obrigação masculina que deriva seu papel na manutenção da autoridade moral e da honra da casa, o que, por sua vez, implica em seu 'direito' de controlar a sexualidade feminina (Scott, 1990). Esse modelo de virilidade se expressa em força, agressividade e determinação; da mesma forma, exige desempenho masculino tanto no trabalho e no sustento do lar quanto no âmbito sexual, dentro e fora de casa. Nas palavras de Nolasco, "posse, poder, virilidade, agressividade, iniciativa e sexualidade incontrolada" são elementos simbólicos que compõem esse padrão viril (Nolasco, 1990; Leal & Boff, 1996).

A sexualidade, outro pólo estruturante da identidade masculina tradicional (Nolasco, 1995; Barker & Loewenstein, 1997), é aqui considerada uma força incontrolável, impulsionada biologicamente. A sexualidade masculina é marcada pelo modelo de 'atividade', e considera-se que o homem deva se exercitar sexualmente desde cedo. Esse modelo é reforçado metaforicamente até por Freud que declarou que "anatomia é destino"². No Brasil alguns autores observaram que o que determina a identidade masculina é a 'atividade', e não o sexo do parceiro, o que permite a relação sexual com outro homem sem ameaça à identidade masculina (Parker, 1989; Merchann-Hamann, 1995). Por outro lado, a expectativa da prática sexual ativa e pública por parte dos homens em geral gera a noção de dois tipos de mulher: as 'da casa' (controladas) e as 'da rua' (sexualmente ativas, socialmente desvalorizadas) (Paiva, 1994; Ailha, 1999).

Vários trabalhos enfatizam que, mais do que uma relação entre dois sujeitos (Castello Branco, 1985), a atividade sexual nesse padrão de masculinidade é uma forma de exercer poder e dominação sobre outros/as (Parker, 1989; Childhope, 1997). Ribeiro caracteriza essa atividade como "relação sexual", devido à preocupação masculina com a quantidade de conquistas sexuais, com o familiar 'comer muitas' (Ribeiro, 1991; Goldenberg, 1991; Childhope, 1997). Nessa preocupação masculina com o desempenho quantitativo, com um tipo de performance que não envolve afeto nem intimidade, o "trepador compulsivo" é caracterizado como "bloqueado afetivamente" (Kehl, 1979).

A dificuldade masculina em relacionar sexo e afeto e a incompatibilidade entre sexo e amor são comentadas freqüentemente pelos autores da área (GTPOS, 1996; Ribeiro, 1991; Mendes De Almeida, 1996). Mendes de Almeida se refere às 'tradicionais' dificuldades dos homens frente à expressão de sentimentos e ao afeto, relacionando isto à definição do homem tra-

2 Atividade e passividade são modelos ocidentais de diferenciação de gênero.

3 Ver também Acosta (1995).

dicional como 'o forte', que deve enfrentar provas e resistências com força e coragem, pois o 'endurecimento' exigido socialmente seria não apenas muscular mas psíquico.³ Dos homens da classe média intelectualizada entrevistados, um declarou simplesmente: "não tenho vida íntima"; outro define o interior masculino como "um interior feito de plástico". Ribeiro (1991) conclui que "dominar ensurdece emoções, sentimentos, encontros... e diminui o espaço humano e os potenciais de prazer".

O exercício dessa sexualidade é referido também como 'trabalho', 'esforço', ou 'serviço' (Leal & Boff, 1996), obrigação de quem quer garantir a fidelidade da mulher. A preocupação com o aprendizado de técnicas sexuais ou com o 'ponto fraco' da mulher pretende evitar a traição e/ou facilitar a conquista (Paiva, 1994; Villela & Barbosa, 1996; Arilha, 1999). A performance e as técnicas sexuais podem incluir o fingimento de afeto ou intimidade apenas como forma de acesso ao sexo (Childhope, 1997). Como muitas mulheres declaram não gostar de sexo anal (Goldstein, 1994; Leal & Fachel, 1995), essa prática masculina é também interpretada como técnica cujo prazer vem do exercício do poder e da dominação sobre a mulher (Goldstein, 1994). O ideal do 'prazer a dois' no modelo tradicional pode ser o de 'deixar a mulher com dor no abdômen', ou seja, a erotização da dominação normaliza a violência sexual. A 'genitalização' da sexualidade masculina (Castello Branco, 1985; Leal & Boff, 1996) se reflete num distanciamento entre corpo e sexo e numa redução do corpo ao pênis, que é referido pelos homens como: 'ele' (Ribeiro, 1991). Nomeado como arma e instrumento de dominação (Parker, 1991), o tamanho do pênis é preocupação constante dos homens segundo algumas pesquisas. (Ribeiro, 1991; Paiva, 1994; Acosta, 1995; GTPOS, 1996)

Para alguns autores o estabelecimento e a manutenção da identidade masculina, diferentemente da feminina, exige constante reafirmação e repetidas provas de que o sujeito em questão não é criança, nem mulher, nem homossexual (Jardim, 1995; Leal e Boff, 1996). Tal definição do ser masculino pelo 'não ser' é explicada por alguns com base nas teorias de Nancy Chodorow. Uma vez que a tarefa de criar filhos é atribuída exclusivamente às mulheres; Chodorow (1978) sustenta que enquanto as meninas se individualizam identificando-se com a mãe, os meninos se definem pela negação de qualquer identidade com a mãe e com o feminino.

Estudos sobre a cultura masculina e a socialização de meninos demonstram que a identidade masculina é criada e reforçada na relação pública com os pares (Barker & Loewenstein, 1997). Como observado por Vera Paiva (1994), "sexo/gênero se resolve entre eles — não perante elas". As frequentes práticas de iniciação de jovens envolvendo outros meninos, animais ou prostitutas (Mota, 1996; Goldenberg, 1991) faz parte da formação sexual 'de rua', que transcorre em grupo, e longe da intimidade. Leal & Boff (1996) analisaram a prática de insultos rimados troca-

dos entre adolescentes. Os meninos se diferenciam do doméstico (do feminino?) e constroem seu poder através dessa 'violência verbal' no público, uma forma de socialização 'da rua' baseada na 'transgressão' da obscenidade verbal. Goldstein (1994) conclui que, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade masculina, "o mito da sexualidade transgressiva faz parte de um conjunto complexo de práticas de erotização que servem para desempoderar [*disempower*] as mulheres".

Alguns autores analisam as transformações sociais globais e a atualização do padrão de identidade masculina herdado da tradição patriarcal. Se o poder do patriarca baseava-se em seu domínio sobre a família, que por sua vez organizava os meios de produção e a força de trabalho na sociedade rural, o advento da industrialização representou uma nova dependência da família como instituição social (Giffin, 1994) e uma relativização do poder do patriarca, reduzido a um vendedor de sua força de trabalho individual: o provedor.

Nos termos de Nolasco, com o desenvolvimento da sociedade moderna, o homem sofre uma 'dupla violência': o trabalho alienante e informatizado gera instabilidade no emprego e insegurança, e o individualismo extremo fragmenta as relações. Nolasco (1988 e 1995) aponta que o valor da força física é relativizado no 'cenário maquínico' moderno. Já Parry Scott (1990), em estudo de famílias de baixa renda no Nordeste, demonstra o enfraquecimento do papel de provedor no cenário da pobreza atual, e o decorrente afastamento do homem do domínio doméstico, onde a atividade econômica feminina é fundamental à sobrevivência. Mesmo em homens de classe média atualmente, no entanto, "esta responsabilidade — de provedor — é vivida como peso, que pode influenciar nas relações entre homens e mulheres a ponto de interferir nas práticas sexuais de alguns homens" (Acosta, 1995).

Castello Branco (1985), a partir de uma análise de revistas masculinas, reflete sobre a "modernização da relação do macho com seu sexo" no capitalismo moderno, onde a 'libertação' do homem é a produção do seu 'lado animal': o corpo mercadoria, despido de qualidades morais, é o "manequim de carne". Nessa análise, o autor argumenta que na sociedade urbana avançada "o poder do macho foi deslocado da rua para a casa, e depois para o corpo" e que nesse processo o "reino genital" passou a ser uma "usina de poder". Na sexualidade, "passou-se de uma problemática da relação para uma problemática 'da carne': as revistas masculinas "não levam ao gozo, levam ao poder; não libertam, mas normalizam; não desnudam o homem, mas o recobrem com esta fantasia de macho".

Em um estudo sobre o masculino na mídia, Medrado (1998) ressalta como as transformações sociais são refletidas nos comerciais de TV mediante uma ambientação na esfera pública, enquanto os anúncios rodados em ambientes domésticos continuam sendo protagonizado por mulheres. Pereira

(1995) analisa fenômenos urbanos atuais (o michê, os exibicionistas profissionais para audiências femininas) em que o homem também é colocado como mercadoria/objeto sexual na busca da sobrevivência e/ou ascensão social. Em um estudo com homens de baixa renda, 1/3 dos respondentes declararam que pelo menos uma vez se sentiram usados sexualmente (Giffin & Lowndes, 1995).

O cenário atual, visto pelos jovens moradores das favelas e ruas do Rio de Janeiro, traz o tráfico de drogas como nova ordem social que impõe ou reforça a violência e os valores machistas e que, junto com o sexo comercial, representa uma alternativa importante de renda e sobrevivência. No extremo do desemprego e da pobreza, a relação entre ter dinheiro (ou não) e o exercício da sexualidade é clara. Na opinião desses jovens, a mulher que 'banca' a relação tem direito a mais de um parceiro sexual, se ela assim o desejar, enquanto o homem que 'banca' a relação teria o direito de cobrar fidelidade, e mesmo de exercitar a violência contra a parceira (Barker & Loewenstein, 1997; Childhope, 1997). A prática esporádica de sexo é predominante, já que tanto namorar quanto 'assumir uma família' exigem recursos financeiros difíceis de se obter. Aqui, a sedução e a conquista parecem menos importantes do que o dinheiro na definição do que é um homem (Fonseca, 1991).

Controle da Fecundidade e Paternidade

4 Ver, por exemplo, Silveira (1997), fruto de um seminário do mesmo título (*O exercício da paternidade*).

5 Ver, por exemplo, Nolasco (1995) e Acosta (1995).

A paternidade é também elemento importante nas novas reivindicações masculinas, e tema de novas coletâneas e seminários⁴. As análises da 'condição do pai', assim como relatos de experiências que surgem dos novos grupos de homens de classe média, tendem a enfatizar a ausência do tradicional pai provedor na vida cotidiana da família e seu papel de autoridade distante⁵. Nesse sentido, o exercício de uma paternidade que inclui os cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos pode ser visto como caminho para a construção de um novo homem (Giffin, 1997), uma vez que uma das características do modelo tradicional é a dificuldade que os homens têm de expressão, afeto e ternura. Lyra e Ridenti apontam que ainda são poucos os estudos que apresentam dados empíricos relativos às práticas dos homens na 'nova paternidade' (Lyra e Ridenti, 1996). Coerente com a visão tradicional que liga o cuidar ao feminino, uma nova safra de estudos sobre participação masculina no cuidado e na educação infantis mostra que a presença dos homens no ambiente pré-escolar continua limitada às festas de dia dos pais (Medrado, 1998; Saporoli, 1997; Cruz, 1998).

Estudos locais com mulheres de baixa renda da década de 80 apontaram as razões econômicas como as principais para o uso de métodos contraceptivos, o aborto provocado e o desejo de ter menos filhos⁶. Um estudo com homens em favelas cariocas revelou tanto o aumento da responsabilidade eco-

6 Ver, por exemplo, Boehs et alii (1983), Silva (1984) e Macedo (1985).

nômica que os homens sentem perante a gravidez quanto sua concordância em controlar a fecundidade, ou mesmo sua proibição da gravidez, especialmente entre homens jovens e ainda sem filhos — quase um terço dos pais respondentes declararam que seu primeiro filho foi fruto de uma gravidez não desejada; alguns sustentaram que pelo menos às vezes a mulher engravida para segurar um homem (Giffin, 1994; Pinto, 1998).

A disposição atual dos homens no sentido de limitar o número de filhos é refletida nos dados nacionais sobre uso e conhecimento de métodos contraceptivos e em outros estudos (Bemfam, 1990 e 1996). Nos dados nacionais mais recentes, 74% dos homens unidos reportam que eles ou suas parceiras usam algum método, mas em relação aos métodos em que a participação do homem é mais decisiva, apenas 5,3% recorrem à abstinência ou coito interrompido, 5,2% usam camisinha, e 2,4% são vasectomizados (Bemfam, 1996). Um estudo local do início da década de 90, realizado com 4 grupos de homens (bancários, universitários e operários de indústria e da construção civil), mostrou que 80% dos entrevistados tinham usado camisinha, em algum momento da sua vida, para prevenção da gravidez ou de doenças sexualmente transmissíveis. O mesmo estudo mostra que respondentes mulheres tendem a subestimar o uso desse método (Berquó & Souza, 1994).

Muitas vezes os homens entendem o uso da contracepção como uma concessão feita às mulheres, 'uma ajuda'. Apesar de admitir a legitimidade do direito das mulheres à contracepção, este não se estende à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis — a mulher que pede o uso de camisinha pode ser encarada com suspeita (Kalckmann, 1998). Por outro lado, estudo sobre o papel masculino no uso dos contraceptivos encontrou que 54% dos entrevistados utilizavam métodos que implicavam sua participação ativa (Duarte, 1998). Embora minoria absoluta, os homens que optam pela vasectomia apontam como motivo as preocupações com a saúde da mulher. (Said e Leite, 1985; Ailha, 1999)

Apesar da ampla difusão do controle da fecundidade, dados da América Latina já haviam mostrado que o uso da contracepção não significa que a usuária conheça seu corpo ou período reprodutivo (Yazaki, 1991). Estudos recentes no Brasil mostram que os homens também não conhecem os períodos férteis, embora em pelo menos alguns casos os jovens saibam um pouco mais do que os mais velhos (Bemfam, 1990; Leal & Fachel, 1995; Ailha, 1999). O aborto é também mais aceito pelos homens mais jovens, segundo alguns estudos (Giffin, 1994; Leal & Fachel, 1995).

Vários estudos atuais confirmam que, para os homens de baixa renda, 'ser pai' significa assumir a responsabilidade pelo sustento do filho, não sendo resultado automático da participação na geração de uma criança (Scott, 1990; Mota, 1996; Ailha, 1998 e 1999). Já que a primeira gravidez significa uma nova

responsabilidade, "que freqüentemente não estava incluída nas expectativas imediatas do homem" (Scott, 1990), os homens de baixa renda podem se sentir subjugados ao 'controle' feminino da reprodução (Paiva & Leme, 1996), ou "obrigados a modificar o rumo da sua vida" quando uma mulher engravida (Arihla, 1999). A gravidez na adolescência como "estratégia de aliança" feminina é relatada em alguns estudos (Leal & Fachel, 1995; Childhope, 1997).

O desejo feminino de ter um filho pode ainda ameaçar a identidade sexual masculina caso o afaste da convivência com a cultura masculina de sexo impessoal, onde a masculinidade é constantemente reafirmada (Arihla, 1999). Principalmente no cenário de instabilidade econômica, uma gravidez, em vez de afirmar, pode abalar a virilidade do homem e levar a um aumento da violência doméstica (Menicucci & Vianna, 1993). Em outros casos, os homens ressentem sua não-participação na decisão de abortar.

No fim dos anos 70 surgem, em setores da classe média, novas ideologias e práticas na reprodução. Enquanto algumas mulheres experimentam a 'produção independente', há também um novo ideal de participação do homem como genitor: o casal grávido (Salem, 1987). Nesse padrão, espera-se que o homem acompanhe ativamente todo o processo de gravidez e parto, incluindo cursos de preparação, com um investimento afetivo igual ao da mulher. O filho é visto como indivíduo psíquico que precisa desse novo pai, mais próximo e envolvido com a criação no cotidiano. Em seu estudo sobre este fenômeno, Salem conclui que o projeto do casal grávido, mais do que maternidade e paternidade, diz respeito a um ideal de conjugalidade igualitária (Salem, 1987; Ridenti, 1998). Em estudo de pais e mães adolescentes de vários grupos sociais, Desser mostra que, embora muitos desses casais continuem morando separados, nas casas dos pais, eles também têm expectativas de participação igualitária na criação dos filhos, nem sempre concretizadas (Desser, 1993; Lyra, 1998). Ao mesmo tempo, Goldenberg, em estudo com homens de camada médias, reporta uma ambivalência masculina perante a idéia de ter filhos, mais comum na geração mais nova (Goldenberg, 1991).

Violência e Gênero

No Brasil, assim como em muitos outros países, o homem é vítima de violência na esfera pública, enquanto a violência contra a mulher ocorre no âmbito doméstico, onde o agressor é normalmente um conhecido íntimo, mais freqüentemente o próprio parceiro⁷. A caracterização do estupro como 'crime contra os costumes', o direito do marido de ter relações sexuais sem considerar a vontade da mulher e a impunidade de maridos que assassinaram suas mulheres simbolizam a legitimação da violência de gênero contra mulheres no Brasil. O silêncio sobre o que ocor-

7 Ver IBGE (1988), Goldenberg et alii (1989), Soares (1994) e Helse & Pitanguy (1994).

re 'entre quatro paredes' pode ser visto como expressão da "inviolabilidade dos espaços reservados à autoridade masculina e (...) [d]a defesa da honra familiar" (Goldenberg et alii, 1989; Lamego, 1993). No extremo dessa "transgressão" institucionalizada nas práticas sexuais masculinas, a violência doméstica "insere-se no plano da ordem, não é desvio" (Moreira et alii, 1992; Saffiotti & Almeida, 1995). Brandão (1998) mostra como muitas vezes as mulheres recorrem às delegacias de mulheres não para romper a relação, e sim para impor um limite à dominação masculina, "através da interferência de uma ordem superior, a polícia".

A gravidez é uma condição importante na violência de gênero. Em uma análise de registros de óbitos por homicídio de mulheres em idade reprodutiva em São Paulo, em 1989, a gravidez é mencionada em 11% dos casos (Menicucci & Vianna, 1993). Um estudo de queixas registradas em São Paulo em 1985 mostra que, na violência entre namorados ou ex-namorados, 49% das mulheres estavam grávidas (Goldenberg et alii, 1989). Nos casos estudados por Muszkat (1998), a gravidez pode resultar de uma situação de violência e de reafirmação da virilidade do homem. Relatos de mulheres de baixa renda revelam uma relação entre violência doméstica e aborto 'espontâneo' (Valladares et alii, 1987), mas não encontramos estudos a respeito de outros efeitos sobre a saúde física.

Estudos sobre a população de baixa renda mostram que muitas mulheres começam sua vida sexual como vítimas da agressão sexual (Kaufmann, 1991; Giffin & Lowndes, 1995) — num dos estudos estas meninas tinham em médio 13 anos e meio de idade. Como o abuso sexual contra menores é ainda mais sujeito ao silêncio, devemos concluir que sabemos muito pouco sobre a extensão desse fenômeno, embora entrevistas com profissionais de saúde sugiram que é um problema frequente e, talvez, crescente (Angulo Tuesta, 1997).

Mesmo sendo a violência comum nas relações entre os gêneros, é notável não encontramos estudos que investiguem a violência doméstica e sexual do ponto de vista dos homens. Nolasco (1995) sugere uma relação entre desemprego e violência masculina, e relaciona a violência à falta de novos referenciais identitários que nomeiem as transformações globais que os homens estão sofrendo: "sem palavras, novas palavras para nomear, os homens reagem com violência". Em trabalho com grupos de homens, Barbosa (1998) constata que, na percepção de muitos dos que exercem violência doméstica, suas mulheres e filhos os vêem com 'respeito'.

Doenças Sexualmente Transmissíveis

Não sabemos a extensão e as tendências das doenças sexualmente transmissíveis no país, segundo o próprio Ministério da Saúde (1993). Além das deficiências na notificação, na identificação e no diagnóstico pela rede pública, esse fato reflete

8 Registra-se entre a população um conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis menor do que sobre a AIDS, além de um frequente desconhecimento, por exemplo, de que as primeiras favorecem a última.

9 A 'feminização' da AIDS sinaliza uma necessidade urgente de se discutir outros modos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV em relações 'estáveis', justamente aquelas relações consideradas de 'baixo risco' pela ótica biomédica. Ver Giffin (1998).

tanto o silêncio social sobre a questão quanto a prática masculina de buscar tratamento diretamente nas farmácias (Giffin & Lowndes, 1995; Childhope, 1997)⁸ Com relação à AIDS, a importância crescente da transmissão sexual, e particularmente da transmissão heterossexual, é refletida na chamada 'feminização' da síndrome: a proporção mulher/homem nos novos casos foi de 1/40 em 1983 e de 1/3 em 1996 (Ministério da Saúde, 1997). Além disso, dados locais confirmam que as mulheres que estão sendo infectadas são, na maioria, casadas e monogâmicas (Barbosa & Villela, 1996).

Esses fatos demonstram a vulnerabilidade das mulheres nas relações sexuais com parceiros 'estáveis', já que as propostas de prevenção baseadas no uso da camisinha são inadequadas para casais heterossexuais que pretendem ter filhos — ainda a grande maioria.⁹ Paralelamente, esses fatos revelam também o quanto essas mesmas propostas podem reforçar a hierarquia de gênero e o padrão masculino tradicional, que envolve múltiplas parceiras, falta de comunicação e separação entre sexo e afeto (Goldstein, 1994; Giffin, 1998) — o que torna especialmente importantes os estudos das relações entre prevenção e gênero, como analisamos a seguir.

Dados de um estudo com usuárias e ginecologistas de postos de saúde do Rio de Janeiro mostram como as ideologias de gênero e as normas sociais de aceitação e ocultamento da infidelidade masculina condicionam a consulta médica. Receosos de comentar o que ocorre 'entre quatro paredes' e de 'interferir na vida do casal', médicos e médicas tratam mulheres casadas (normalmente monogâmicas) infectadas por doenças sexualmente transmissíveis (clamídia no caso) sem esclarecer a natureza da doença ou os fatos da transmissão (Giffin & Lowndes, 1999). Esses resultados demonstram a reprodução do desconhecimento e do silêncio mortal sobre tais doenças em relações heterossexuais 'normais' e reforçam outros estudos, que por sua vez questionam a viabilidade do modelo de prevenção individual que não problematiza as noções de gênero e suas conseqüências.

No que se refere à AIDS, estudos mostram que o uso da camisinha para a prevenção também não tem relação com o conhecimento sobre a síndrome (Oliveira de Andrade, 1991; Paiva & Leme, 1994; Berquó & Souza, 1994). Paiva mostra como as ideologias de gênero e a sexualidade masculina (e a feminina) dificultam a prevenção individual. A noção de virilidade relacionada à sexualidade masculina sugere que o 'homem verdadeiro' não controla seus impulsos. As tentativas de 'empoderar' as mulheres para promover o uso da camisinha, por outro lado, esbarram nas noções de que a mulher 'direita' não deve saber de sexo ou tomar iniciativas, embora também não possa 'ser fria' (Paiva, 1994). Nesse estudo, adolescentes universitários e os de baixa renda são parecidos no que diz respeito aos estereótipos sexuais. Quanto às práticas, a única diferença significativa entre os gêneros foi que

62% das mulheres e 33% dos homens não tinham parceiros sexuais 'casuais' (Paiva & Leme, 1994; Paiva, 1996).

Demonstra-se também que mulheres, adultas ou meninas, de vários grupos sociais, enfatizam a importância do afeto, do carinho, da comunicação e da fidelidade na relação afetiva, colocando o sexo como componente de uma relação mais ampla¹⁰, em contraste com o padrão masculino de separação entre sexo e afeto. Essas diferenças estão refletidas em dados sobre a primeira relação sexual de jovens e adultos (Bemfam, 1990; Giffin & Lowndes, 1995) e expressas no desejo das meninas de 'namorar', em contraste com o dos meninos, que preferem 'ficar' (GTPOS, 1996; Childhope, 1997; Rieth, 1998). Diferenças entre os gêneros também se mostram significativas na prática da fidelidade ou da infidelidade (Souza-Filho & Henning, 1992; Giffin & Lowndes, 1995; Leal & Fachel, 1995). Uma coletânea recente sobre o masculino inclui um capítulo sobre 'a outra', o que ressaltava o caráter de instituição social da infidelidade masculina (Goldenberg, 1995).

Entretanto, mesmo afirmando que a sexualidade mais desejada é aquela relacionada ao amor, a maioria de mulheres se sentem em risco frente à AIDS. Mostram-se preocupadas com a possibilidade de contaminação através dos parceiros habituais, por saber que não conhecem a verdade sobre suas vidas sexuais. Reconhecem, inclusive, que não se trata de questões restritas aos parceiros individuais, mas sim de padrões mais gerais (Simões Barbosa, 1993; Goldstein, 1994; Giffin & Lowndes, 1995). Não conseguem negociar, individualmente, a forma de relação afetiva/sexual que preferem. A camisinha, por outro lado, simboliza múltiplos parceiros, além de falta de intimidade e de conhecimento do/a parceiro/a, sendo compatível com as relações ocasionais e com o padrão de sexualidade esperado socialmente dos homens (Vilela, 1997), representando, nesse sentido, o oposto dos desejos expressos das mulheres.

É notável como a demonstração da extrema diferenciação entre homens e mulheres em relação aos valores sexuais ainda não leva ao reconhecimento de que as formas de relação sexual que as mulheres tentam negociar individualmente, mas não conseguem impor, representariam caminhos para a prevenção. O mesmo se aplica à própria modificação do padrão masculino tradicional procurada por alguns homens que, como vimos, já começam a questionar essa separação entre sexo e afeto, tanto no extremo da pobreza e da exclusão urbana (Mota, 1996; Barker & Loewenstein, 1997) quanto em camadas médias de nível universitário, intelectualizadas e psicoanalizadas (Goldenberg, 1991; Acosta, 1995; Nolasco, 1995).

10 Ver Simões Barbosa (1993), Goldstein (1994), Leal & Fachel (1995), Paiva (1996), Vilela & Barbosa (1996) e Gama (1997).

Algumas questões metodológicas

No estudo de Goldenberg (1991), alguns homens de classe média se diferenciam do machismo, valorizam a igualdade na relação homem/mulher e a associação entre sexo e afetividade, têm um número reduzido de parceiras sexuais, não inventam histórias para competir sexualmente com amigos, e não apóiam uma dupla moral na sexualidade. Embora o padrão de macho ainda seja referência obrigatória em seus discursos, "pensam permanentemente sobre os seus próprios comportamentos sexuais e afetivos, buscando uma relação igualitária com a parceira amorosa".

Ao mesmo tempo, como mostra outro estudo recente, também entre homens de classe média urbana, alguns consideram que o trabalho é a coisa mais importante em suas vidas, e suas declarações sobre os homens em geral parecem reforçar a reprodução do velho padrão. No entanto, a "torrente discursiva", a "absoluta prontidão do discurso" desses entrevistados, que surpreendeu a autora, basta para desmenti-los: "você sabe qual é o grande reclamo das mulheres hoje em dia em relação aos seus maridos, casamentos, seus amantes, seus namorados? O cara não fala de si e do que está sentindo, o que pensa; não fala, simplesmente não fala. E olha que eu tenho amigos do mais alto lustru intelectual, e eles não falam!" (Mendes De Almeida, 1996, p. 110). Essa fala afirma ou questiona o silêncio dos homens? Reproduz ou transforma o velho padrão?

De modo geral os estudos do gênero masculino sugerem que olhar para 'o que é ser homem' ao mesmo tempo questiona e ilumina o padrão dominante herdado que, por sua vez, está sendo continuamente reproduzido e transformado. As relações de gênero não apenas são determinadas estruturalmente como também são re-negociadas a toda hora na vida de cada um/a. Diante dessa complexidade metodológica, a relação do/a pesquisador/a com o seu objeto é crucial. Mendes de Almeida (1996) deixa clara sua convicção de que, na relação com seus respondentes, seus próprios dados já trazem a marca das relações de gênero, fato que ela considera insuperável e que discute demoradamente, a ponto de incorporá-lo no próprio título de seu livro, *Masculino/feminino: Tensão Indissolúvel* (em sua maioria, os demais estudos não comentam essa questão, mesmo sendo inevitavelmente afetados por ela).

Isso quer dizer que o gênero do/a pesquisador/a faz alguma diferença no processo da pesquisa? Justamente dentro dos estudos de gênero, não poderíamos supor que não. Então os estudos sobre homens devem ser feitos apenas por homens? Mais prudente seria recomendar uma tentativa de se observar as diferenças que ocorrem em entrevistas individuais e grupos focais intragêneros, comparadas com situações de interação intergênero. Isso indica também, atualmente, a necessidade de meios para atrair mais pesquisa-

dores homens para o tema. Um enfoque nas relações de gênero sugere que devemos nos esforçar para fazer mais pesquisas que incluam ambos os gêneros, para podermos confrontá-las em suas diferenças e semelhanças.

Uma pesquisa com adolescentes urbanos declara que as normas de gênero são iguais na visão entre meninos e meninas (Paiva, 1994). Outra afirma que as meninas têm uma visão dos meninos muito diferente da que eles têm de si próprios (Barker & Loewenstein, 1997). Como entender essa(s) diferença(s)? A comparação de estudos que enfocam grupos e classes sociais específicas sugere que há diferenças e semelhanças que precisam ser bem entendidas e levadas em conta nas intervenções¹¹. Além disso, um estudo sugere que manifestações culturais 'locais' referentes a fidelidade e infidelidade funcionam como expressão da construção de uma identidade coletiva, expressando também diferenças de classe social (Fonseca, 1991).

11 Ver, por exemplo, Oliveira de Andrade (1991).

Conclusões

Enfim, o distanciamento do corpo que faz parte da socialização para a masculinidade tem sido identificado como limitador das relações afetivas na atitude masculina perante à sexualidade, no controle da fecundidade, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis etc (Villega, 1997). Da perspectiva da saúde do homem, parece ser este um ponto nevrálgico ainda pouco explorado. Diante disso pode ser levantada uma série de questões para pesquisas futuras.

Quais são as questões de saúde que preocupam os homens? Pode a discussão da saúde ser uma entrada para questionar os velhos padrões de masculinidade? Qual a relação entre as violências e a saúde? Como lidar com os horários inadequados dos serviços de saúde pública no que diz respeito à clientela masculina? Como envolver profissionais de saúde na discussão sobre gênero masculino?

Se a reprodução e a transformação das relações de gênero ocorre a toda hora e na vida de cada um/a, as discussões em grupo e entrevistas em profundidade são momentos desse mesmo processo, possivelmente importantes na vida dos respondentes, justamente pelos velhos padrões de masculinidade. Nossas metodologias reconhecem isto? Promovem a conquista da demonstração do afeto e da comunicação? Conseguem trabalhar com uma visão da dialética da estrutura social e do agenciamento, do velho e do novo que co-existem? Reforçam valores individualistas e competitivos ou levam ao reconhecimento e à legitimação de semelhanças e diferenças, promovendo a solidariedade? (Acosta, 1995). Apoiam os homens e jovens que questionam os velhos padrões? (Childhope, 1997; Barker & Loewenstein, 1997) Valorizam grupos e entrevistas como momentos de práxis e reflexão? (Paiva, 1996).

Além disso, como lidar metodologicamente com a complexidade da inter-relação entre gênero e classe social? Como saber quando as diferenças entre os resultados de várias pesquisas são devidas às diferenças de metodologia, quando são 'diferenças locais', e quando são fruto de transformações que em algumas questões, como a informação e as práticas perante a AIDS, podem ser extremamente rápidas (Oliveira de Andrade, 1991)? Mais ainda: as entrevistas e os grupos focais são equivalentes como técnicas? Em se tratando de sexualidade, o público e o privado suscitam os mesmos discursos? (Parker et alii, 1991; Barker & Loewenstein, 1997) As questões de drogas e abuso sexual requerem mesmo ainda mais cuidado? (Childhope, 1997). Pode e deve qualquer pessoa ser envolvida como pesquisador e/ou multiplicador? Quais os critérios? (Barker & Loewenstein, 1997).

Os estudos mostram que a fala masculina sobre sexualidade e afeto, relação homem/mulher, identidade masculina etc é condicionada por um padrão histórico que resalta a hierarquia dos gêneros e a desvalorização relativa desses assuntos, considerados femininos. Estimular a fala solidária e crítica desse padrão parece ser essencial para melhorar as relações entre homens e mulheres, entre homens e outros homens e entre homens e crianças, além da relação dos homens consigo mesmos, estimulando padrões mais saudáveis de convivência e de controle da fecundidade, de relações sexuais menos violentas e mais prazerosas, e que permitam prevenir as doenças sexualmente transmissíveis.

Os mesmo estudos mostram também que muitos homens atualmente estão interessados em discutir as questões em pauta¹². Dependendo da maneira como o processo é conduzido, a reflexão em grupo pode promover nos homens uma "noção de si mesmo como parte de um grupo social e resultado da história"¹³, que dialeticamente permite uma participação mais consciente do indivíduo na construção de si. Sob esse ponto de vista devemos, na pesquisa ou na ação, maximizar a potencialidade dos espaços da fala, certos/as de que estamos promovendo uma aproximação dos homens à esfera da reprodução.

Agradecimentos: Às Fundações Ford e MacArthur, que apolaram este trabalho financeiramente

Referências bibliográficas

- Aguilar, N. (1983). A mulher na força de trabalho na América Latina: Um ensaio bibliográfico. *BIB*, n. 16, p. 25-43.
- Angulo Tuesta, A. (1997). Gênero e violência no no âmbito doméstico: a visão dos profissionais de saúde (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.
- Anpocs (1996). Mãe presente, pai ausente? Reflexões preliminares sobre as funções parentais nos anos noventa. *XX Reunião anual da Anpocs*. Caxambú.

12 Ver, por exemplo, Goldstein (1994), Paiva (1994), GIPOS (1996), Arelha (1999) e Costa (1997).

13 Fretre, citado em Paiva (1996).

- Ariilha, M. (1998). Homens: Entre a 'zoeira' e a 'responsabilidade'. In: Ariilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 51-78.
- _____. (1999). Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: Giffin, K. & Costa, S. (orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 455-467.
- Barbosa, R. (1993). AIDS e gênero: as mulheres de uma comunidade favelada (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.
- Barbosa, R. & Villela, W. (1996). A trajetória feminina da AIDS. In: Parker, R. & Galvão, J. (org.). *Quebrando o silêncio: Mulheres e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia/Relume-Dumará, p. 17-32.
- Barbosa, S. (1998). Experiência de intervenções com homens: para além de abrir vidros de azeitonas. In: Ariilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 259-270.
- Barker, G. & Loewensteln, I. (1997). Onde estão os garotos? Promovendo maior envolvimento masculino na educação sexual (mimeo).
- Bemfam (1990). Pesquisa sobre saúde reprodutiva e sexualidade do jovem 1989/1990.
- Bemfam (1996). Pesquisa nacional de demografia e saúde.
- Berquó, E. & Souza, M. R. de (1994). Homens adultos: conhecimento e uso do condom. In: Loyola, M. A. (org.). *AIDS e sexualidade. O ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Reume-Dumará, p. 161-182.
- Boehs, A.; Santos, G.; Hasse, M & Souza, M. (1983). Aborto provocado. Estudo epidemiológico descritivo numa maternidade de Florianópolis, Sta. Catarina. *Ciência e cultura*, v. 53, n. 4, p. 501-506. Cedeplar/UFMG.
- Brandão, E. R. (1998). Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: Bruschini, C. & Holanda, H. B. (orgs.). *Horizontes plurais*. São Paulo: Editora 34 letras & FCC, p. 51-84.
- Castello Branco, J. C. (1985). O manequim de carne: Imprensa masculina e a produção da "macheza" (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Childhope/Nesa/Uerj (1997). Gender, Sexuality and Attitudes Related to AIDS among Low Income Youth and Street Youth in Rio de Janeiro, Brazil. *Childhope Working Paper*, n. 6.
- Chodorow, N. (1978). *The Reproduction of Mothering*. Berkeley: University of California Press.
- Costa, L. S. (1997). Intervenção para uma nova concepção acerca da sexualidade masculina em uma área favelada da Cidade do Rio de Janeiro (mimeo).
- Costa, M. (1986). *Macho, masculino, homem*. São Paulo: Siciliano.
- Cruz, E. F. (1998). "Quem leva o nenê e a bolsa?": o masculino e a creche. In: Ariilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 235-258.
- Da Polan, C. (1987). *Homem, mulher: Abordagens psicanalíticas e sociais*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Desser, N. (1993). *Adolescência, sexualidade e culpa*. Brasília: Rosa dos Tempos.
- Duarte, G.A. (1998). Perspectiva masculina quanto a métodos contraceptivos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14 (supl 1), p. 1255-130.
- Fonseca, C. (1991). Cavalo amarrado também pasta. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 6, p. 27-39.
- Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gabelra, F. (1986). Machismo. In: Costa, M. (org.). *Macho, masculino, homem*. São Paulo: Siciliano, p. 11-17.
- Gama, A. S. (1997). AIDS e gênero: um estudo de aspectos socioculturais e geracionais da sexualidade feminina em camadas de baixa renda (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.

- Giffin, K. (1994). Esfera de reprodução em uma visão masculina: considerações sobre a articulação da produção e da reprodução, de classe e de gênero. *Physis*, v. 4, n. 1, p. 23-40.
- _____. (1997). O exercício da paternidade: uma pequena revolução. In: Silveira, P. (org.). *O exercício da paternidade*. Rio de Janeiro: Artes Médicas, p. 75-80.
- _____. (1998). Beyond empowerment: heterosexualities and the prevention of AIDS. *Social Science and Medicine*, v. 46, n. 2, p.151-157.
- Giffin, K. & Lowndes, C. M. (1995). Gêneros, sexualidades e doenças sexualmente transmissíveis. Curitiba: I Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Saúde.
- _____. (1999). Gender, sexuality and the prevention of Sexually Transmissible Diseases: A Brazilian study of clinical practices. *Social Science and Medicine*, v. 48, p. 283-292.
- Goldenberg, M. (1991). *Ser homem, ser mulher dentro e fora do casamento*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. (1995). A outra: uma reflexão antropológica sobre a infidelidade masculina In: Nolasco, S. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 131-147.
- Goldenberg, P.; Medrado, M. A. & Pastemosstro, V. (1989). A violência contra a mulher: uma questão de saúde. In: Labra, E. (org.). *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 185-200
- Goldstein, D. (1994). AIDS and Women in Brazil: The Emerging Problem. *Social Science and Medicine*, v. 39, n. 7, p. 919-929.
- GTPOS (1996). Adolescentes, sexualidade e prevenção. São Paulo.
- Heise, L. & Pitanguy, J. (1994). *Violence Against Women: The Hidden Health Burden*. Washington: World Bank Discussion Papers, p. 255.
- IBGE (1988). Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
- Jablonski, B. (1995). A difícil extinção do boçalossauro. In: Nolasco, S. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 156-165.
- Jaraim, D. F. (1995). Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: Leal, O. (org.). *Corpo e significado: Ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Nupacs/UFRS, p. 193-206.
- Kalckmann, S. (1998). Incursões ao desconhecido: percepções de homens sobre saúde reprodutiva e sexual. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 79-100.
- Kaufmann, G. (1991). Family Formation and Fertility In a Favela in Belo Horizonte, Brazil (tese de doutorado). Exeter College.
- Kehl, M. R. (1979). Sauna, angústia e lanchonete. In: Mantega, G. (org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Círculo do Livro, p. 31-48.
- Lamego, V. (1993). A desonra de uma sociedade patriarcal. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 152-154.
- Leal, O. F. & Boff, A. M. (1996). Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: Parker, R. & Barbosa, R (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 119-135.
- Leal, O. F. & Fachel, J. (1995). Corpo, sexualidade e reprodução; um estudo de representações sociais em quatro vilas de Porto Alegre/RS-Brasil (relatório final de pesquisa). Porto Alegre: Nupas/PPGAS-UFRS.
- Loyola, M. A. (1992). Sexualidade e Reprodução. *Physis*, v. 2, n. 1, p. 93-105.
- Luz, M. (1987). Identidade masculina-feminina na sociedade brasileira atual: Crise nas representações. In: Da Polan, C. (org.). *Homem, mulher: Abordagens psicoanalíticas e sociais*. Rio de Janeiro: Taurus, p. 69-86.
- Lyra, J. L. C. (1998). Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 185-214.

- Macedo, C. C. (1979). *A reprodução da desigualdade*. São Paulo: Hucitec.
- Macedo, C. V. (1985). *O trabalho feminino e suas possíveis implicações sobre o crescimento demográfico*. Rio de Janeiro: CEPPD.
- Medrado, B. (1998). Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos.
- Mendes De Almeida, M. I. (1996). *Masculino/Feminino: Tensão insolúvel*. Rio de Janeiro: Rocco
- Menicucci, E. & Vianna, L. (1993). Violência conjugal na gravidez. *Estudos Feministas*, v. 1, p. 162-165.
- Merchann-Hamann, E. (1995). Grau de informação, atitudes e representações sobre o risco e a prevenção de AIDS em adolescentes pobres do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 11, n. 3, p. 463-478.
- Ministério da Saúde (1993). *Programa Nacional de Controle de DST/AIDS*. Brasília: Centro de Referência Nacional em DST/AIDS.
- Ministério da Saúde (1997). *Boletim Epidemiológico da AIDS*, ano IX, n. 6. Brasília.
- Moreira, M. I.; Ribeiro, S. e Costa, K. (1992). Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: Costa, A. & Bruschini, C. (org.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 169-190.
- Mota, M. P. (1996). *Gênero e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em tempos de AIDS (dissertação de mestrado)*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.
- Muzkat, M. (1998). Violência de gênero e paternidade. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 215-233.
- Nolasco, S. (1988). *Identidade masculina: um estudo sobre o homem de classe média (dissertação de mestrado)*. Rio de Janeiro: PUC.
- _____. (1995). A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: _____. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 15-29.
- Oliveira de Andrade, S. (1991). Opinião sobre AIDS e possíveis mudanças de comportamento de heterossexuais masculinos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 1, p. 175-182.
- Oliveira, C.; Bilac, E. & Muszkat, M. (1994). Os homens, esses desconhecidos... *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 11, n. 1, p. 89-93.
- Paiva, V. (1994). Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do HIV/AIDS. In: Parker, R. et alii (orgs.). *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia/Retume-Dumará, p. 231-250.
- _____. (1996). Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: Parker, R. & Barbosa, R (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Retume-Dumará, p. 213-234.
- Paiva, V. & Leme, B. (1996). Sexualidades adolescentes e AIDS. In: *Seminário Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro.
- Parker, R. (1989). Acquired Immunodeficiency Syndrome in Urban Brazil. *Medical Anthropology Quarterly, New Series*, n. 1, p. 155-175.
- _____. (1991). *Corpos, prazeres e paixões*. Rio de Janeiro: Best Seller.
- Parker, R.; Herdt, G & Carballo, M. (1991). Sexual culture, HIV transmission and AIDS research. *Journal of Sex Research*, v. 28, n. 1, p. 77-98.
- Perreira, C. A. M. (1995). Que homem é esse? O masculino em questão. In: Nolasco, S. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 53-60.
- Pinto, E. A. (1998). Aborto numa perspectiva étnica e de gênero: o olhar masculino. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos, p. 101-128.
- Ribeiro, M. (1991). Conversando sobre a sexualidade masculina. *Revista*

- Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 11, n. 1, p. 35-40.
- Ridenti, S. G. U. (1998). A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: Arilha, M.; Ridenti, S. G. U. & Medrado, B. (orgs.), *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34 & Ecos.
- Rieth, F. (1998). Ficar e namorar. In: Bruschini, C. & Hollanda, H. B. (orgs.), *Horizontes plurais*. São Paulo: Editora 34 letras & FCC, p. 111-133.
- Rodrigues, A. M. (1978). *Operário, operária*. São Paulo: Símbolo.
- Saffioti, H. I. B. & Almeida, S. S. (1995). Violência de gênero, poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter.
- Salem, T. (1980). *O velho e o novo: Um estudo sobre papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1987). Sobre o casal grávido. Inscursão em um universo ético (tese de doutorado). Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ.
- Saparoli (1997). Educador infantil: uma ocupação de gênero feminino (dissertação de mestrado). São Paulo: PUC.
- Scott, P. (1990). O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 38-47.
- Silva, L. M. (1984). *A reprodução e o trabalho da mulher na favela*. Cedeplar/UFMG.
- Silveira, P. (org.) (1997). *O exercício da paternidade*. Rio de Janeiro: Artes Médicas.
- Simões Barbosa, R. (1993). AIDS e gênero: as mulheres de uma comunidade favelada (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.
- Soares, B. (1994). *Mulher e Violência no Rio*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 16 de maio de 1994.
- Souza-Filho, E. & Henning, M. (1992). Representações sociais da AIDS, práticas sexuais e vida social entre heterossexuais, bissexuais e homossexuais em Brasília, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 8, n. 4, p. 428-441.
- Stingel, A. M. (1991). *A construção do papel paterno* (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PUC.
- Valladares, D.; Sanches, S. & Giffin, K. (1987). *Mulheres, participação e saúde: uma experiência*. Rio de Janeiro: Unicef/CNDM/Fiacso.
- Villela, W. (1997). *Homens que fazem sexo com mulheres: propostas e pistas para o trabalho*. São Paulo: Nepalids.
- Villela, W. & Barbosa, R. (1996). Repensando as relações entre gênero e sexualidade. In: Parker, R. & Barbosa, R. (orgs.), *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 189-199.
- Yazaki, L. (1991). Seminário sobre transição da fecundidade na América Latina (B.Aires, 3 a 6 abril de 1990). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 8, ns. 1 e 2, p. 148-171.